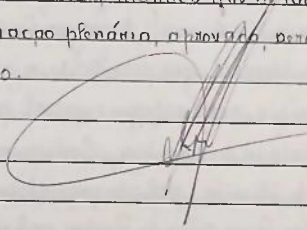


na tão elevada como assim fizeram os senadores citados. O parecer do  
 colaboar-se de todos no desenvolvimento dos trabalhos hoje apreciados, por  
 nos no próximo Sessão Ordinária para quinta-feira, os trabalhos quando  
 então fazemos a eleição para a Segunda Secretária da Casa, e nesta feita  
 fizemos o Sessão de Encerramento dos trabalhos. Encerrado o presente  
 Sessão em Nome de DEUS. E para concluir, mandou que se lavrasse esta Ata que  
 depois de lida submetida à apreciação plenária, aprovada, será assinada para  
 que produza os seus efeitos legais.



Ata da Sessão Extraordinária  
 Ordinária, da Segunda Sessão Or  
 dinária do ano de mil e novecentos e  
 oitenta e três (1983), e fixada no  
 dia primeiro de dezembro de 1983  
 em Manaus.

No dia primeiro de dezembro de mil e novecentos e oitenta e três (1983) no  
 presidência do Senador Renato Simão de Souza, e com a ocupação da primeira  
 e da segunda secretarias pelos senadores: Cláudio Raja Cabaglia, e Maria Lou  
 de Lira Moraes ("nod oc"), reuniram-se ordinariamente à Câmara Municipal de Ra  
 to São. Além disso, não compareceram a chamada nominal, os seguintes Senadores:  
 Acyr Silva da Rocha, Wilson Banna de Figueiredo, Ana Cláudia Kothian dos Santos Cor  
 rea, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Afrânio de Fátima de Souza, Aristarco  
 Acopi de Oliveira, Dirley Pereira da Silva, Geraldo Farias Neves, Mauro José  
 de Aguiar, Sílvia dos Santos Albuquerque, Virgínia Cordeiro de Souza, e o Plon do Boma  
 Teixeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, em nome de Deus,  
 declarou aberta a presente sessão. A seguir foram lidas e aprovadas as se  
 guintes Atas: Ata da Sessão Extraordinária Ordinária, Ata da Sessão Segun  
 da Sessão Ordinária, realizadas no dia vinte e nove de novembro de 1983 em

curso. Logo após, o Senhor Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE, que contou do seguinte: Requerimento nº 102/83, de autoria do Senador Giron Benno de Figueiredo, solicitando ao Diretor Administrativo da Companhia Nacional de Papel, Senhor Ruy Alcúzar Albuquerque, que nas administrações feitas para a fabrica em Cabo Frio, seja dada prioridade a pessoal originário desta cidade; Requerimento nº 106/83, da autoria do Senador Virgínia Correia de Souza, solicitando ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Minas, Engenharia Doutor José Maurício Coimbra, a realização de estudos técnicos que possibilite o custo prazo, a substituição mural no interior do município, com enfoque especial para o 2º Distrito, obra formada e realizada no 3º Distrito de Cabo Frio, Indicação nº 234/83, do Senador Aristarco Acipio de Oliveira, solicitando providências à obra, Indicação nº 238/83, de autoria do Senador Geyr Silva da Rocha, solicitando ao Senhor Prefeito Municipal, que não renove para o ano de mil e novecentos e oitenta e cinco (1985) a alvará de localização para a firma cooperante na Avenida Nossa Senhora da Anunciação, nesta cidade, Indicação nº 239/83, de mesmo autor, solicitando a construção de "jardins" na travessa localizada entre a Avenida Nossa Senhora da Anunciação e Rua Major Belegoni, com o objetivo de impedir o estacionamento de veículos no referido logradouro, Indicação nº 240/83, de autoria do Senador Aristarco Acipio de Oliveira, sugere a construção de sedes para Distritos, Sub-Distritos do Município, Moção nº 48/83, da autoria do Senador Walter de Binna Teixeira, moção de Renovação do Ex-Senador Antônio Silva, Moção nº 49/83, de autoria do Senador Giron Benno de Figueiredo, Moção de Aplausos aos Educadores Municipais Professores Sora Nogueira e Professora Edilson Duarte, pela edição das livros de poemas "Dando Ombos a Imaginação" e "Dançando". Terminada a leitura do Expediente, e não havendo oradores inscritos, o Senhor Presidente, de imediato, transportou os trabalhos à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas os seguintes matérias: Aprovados os Requerimentos nºs: 102/83, de autoria do Senador Giron Benno de Figueiredo, 106/83, da autoria do Senador Virgínia Correia de Souza. Foram aprovadas as Indicações nºs: 234/83, de autoria do Senador Aristarco Acipio de Oliveira, 240/83, 238, e 239/83, da autoria do Senador Geyr Silva da Rocha. Foram aprovadas as Moções nºs 48/83, da autoria do Senador Walter de Binna Teixeira e 49/83, de autoria do Senador Giron Benno de Figueiredo. Foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes Projetos. Foi

projeto de lei nº 240/83, contendo Mensagem Executiva nº 198/83. Aprovado  
 o Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça, e Finanças, e  
 a redação final, nos seguintes Projetos: Projeto de lei nº 229/83, contendo Mensa-  
 gem Executiva nº 185/83, Projeto de lei nº 230/83, contendo Mensagem Executiva  
 nº 186/83, Projeto de lei nº 231/83, contendo Mensagem Executiva nº 188/83, Pro-  
 jeto de lei nº 232/83, contendo Mensagem Executiva nº 189/83, Projeto de lei nº  
 233/83, contendo Mensagem Executiva nº 190/83, Projeto de lei nº 234/83, contendo  
 Mensagem Executiva nº 192/83, Projeto de lei nº 235/83, contendo Mensagem Ex-  
 cutiva nº 193/83, Projeto de lei nº 236/83, contendo Mensagem Executiva nº 194/  
 83, Projeto de lei nº 239/83, contendo Mensagem Executiva nº 187/83. Foram en-  
 caminhados as Comissões de Constituição, Justiça, e Finanças, e o Parecer, e a Re-  
 dação final, para em conjunto emitir parecer, no seguinte Projeto: Projeto de  
 Resolução nº 37/83, de autoria do Vereador Octávio Rêgo Galaglia, Projeto de lei  
 nº 228/83, contendo Mensagem Executiva nº 191/83. Por último, foi aprovado o  
 Parecer da Comissão de Redação Final, nos seguintes Projetos: Projeto de Reso-  
 lução nº 38/83, contendo o Regimento Interno, Projeto de lei nº 224/83, contendo  
 Mensagem Executiva nº 199/83. Terminada a Ordem do Dia, pronunciada a  
 palavra para EXPLICAÇÕES PRELIMINARES, fez uso da mesma o Vereador OCTÁVIO RÊGO  
 GALAGLIA, a quem o Prefeito Municipal pelas mudanças ocorridas na Adminis-  
 tração Municipal de Búzios, e que o grupo da Executiva fora de encontro ao dese-  
 jo da comunidade e reconhecia no Prefeito OPAIS COSTA um grande partido polí-  
 tico, administrativo, que após as medidas adotadas, Búzios já apresentava  
 outro aspecto. O apresentava um retrospecto de suas atividades no legislativo e  
 bofônico e agradeceu aos Pares a paciência havida, e a colaboração de todos  
 que humildemente confessava que tinha muito a aprender. Finalizando, des-  
 de que se envolvia, era para servir, trabalhar pelo povo e para o povo. Em se-  
 guida, fez uso da palavra o Vereador GERARDINO FARIAS NEVES, solicitou do Pro-  
 feto que acautasse trinta, duas (32) indicações de sua autoria elaboradas com  
 o objetivo de elevar o padrão de vida para o Município, mas principalmente  
 para com o povo do Arraial do Cabo que o eleguia. Em nome do povo do Arraial  
 do Cabo, solicitou a Bancada da PMDB, que de uma vez por todas viessem solu-  
 ção aos diversos problemas da localidade, problemas que abundava em todas as  
 Reuniões, mas que, infelizmente não obtivera a respaldo da Administração na

peleto do Senhor Prefeito Apresentou um resumo de suas atividades no legislativo cobrindo sempre com enfoque especial para o Anual do Cabo. Solicitou ainda providências ao Prefeito Municipal, quanto ao reajuste salarial do funcionalismo público, diga, municipal, e ainda, um estudo da situação das prestações contratadas pelo Município. Houve uma vez mencionou a Administração Municipal para o problema de plantonistas do Posto de Saúde do Anual do Cabo, sem o direito de fazerem suas refeições. Logo após, fez uso da palavra o Vereador DIRLEY PEREIRA DA SILVA, abordou a falta de Vereador Octávio Raja Cabaglia, e disse entender também que cada um dos Vereadores deveria fazer uma prestação de contas à Casa Legislativa e a comunidade. Considerou como obrigação uma análise profunda do comportamento da Administração Municipal perante o Executivo Municipal, e discorreu uma série de críticas ao Executivo, a quem considerou culpado por uma série de incorrências administrativas, e realizou um estudo especial para o Concurso de Ingresso no Magistério Municipal, que considerou escandaloso. Acusou ainda ao Prefeito Municipal de patrocinar o "cliente político", cobrou do Prefeito que assumisse a sua responsabilidade na solução dos graves problemas do Município, nem transferi-los para o povo, exemplificando isso afirmativa com a TIP, mais uma taxa para a Prefeitura, quando repassar para o contribuinte, citou ainda em tom de cobrança, a solução para a localização da Petrolina, que segundo o Prefeito seria realizada no dia dez de novembro e que efetivamente não aconteceu. Enumerou ainda uma série de problemas sem solução pertinentes à Administração Municipal, e afirmou que o Prefeito sofreu do crime que anulava o Brasil, o crime da falta de credibilidade dos homens públicos, assumiam compromissos públicos, depois não cumpriram. Citou ainda o problema do funcionalismo municipal, também não atendido pelas promessas do Prefeito Municipal, quanto ao reajuste salarial, dizendo que a situação atual da Prefeitura, fora criada pelo próprio Prefeito ao admitir mais de mil funcionários, em sua maioria im produtivos no Município. A seguir, fez uso da palavra o Vereador ALCINEDES FERREIRA DE SOUZA, defendeu o Prefeito Municipal quanto ao problema do reajuste salarial dos funcionários municipais, traçando um paralelo entre os índices do governo federal, os que seriam recebidos pelo funcionalismo, além do 13º salário. Refutou acusações, segundo as quais funcionários teriam sido coagidos a assinar docu-

mento aceitando a proposta salarial do Prefeito Alan Cordeiro, considerando tal situação uma afronta, uma ofensa, uma indignidade. Entretanto, a falta de vereador Wladimir Pereira da Silva denunciou o arbítrio de voto ocorrido sendo candidato pelo PDS, ex-Presidente do Partido voltando a questionar o modelo do funcionalismo, afirmou que no Estado do Rio, o maior reajuste nasceu da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, e que como vereador, funcionários que não, não se sentia constrangido em defender o Prefeito Municipal, e ainda, que não dependia de emprego na Prefeitura Municipal. Disse que esperava com ansiedade, receber o novo salário para fazer o ajuste de 20%, que não seriam distribuídos às crianças pobres do Município. Simão disse de forma sumária a identidade política de vereador para aprovar ou contrariar. Em seguida fez uso da palavra o vereador AIREZ BESSA DE FIGUEIREDO, chamou o vereador de terer a verdade talvez por no platôo entarem alguma profissões soladas na Secretaria Municipal de Educação, e defendeu o Prefeito quanto a política salarial adotada pelo Executivo do Município. Enumerou uma série de razões que levaram a Prefeitura a adotar certas medidas quanto ao reajuste dos funcionários, razões baseadas na atual conjuntura financeira do Município, reflexo da dúvida de uma política instável, gerenciada pelo Governo Federal, perante os Municípios. Contestou também ao vereador Geraldino Soares Neves, do PDS, que sendo operário não entendia ter sido o mesmo eleito pelo partido de arbítrio. Relatou situações de que o Prefeito teria admitido funcionários em demasia, mas lembrou que ao anunciar a Prefeitura a cidade estava em estado de plebiscito com a limpeza pública desmoralizada perante a comunidade e que, se fazia necessária novas contratações de operários. Enumerou uma série de realizações da Administração Municipal, que para tal eram precisos novos funcionários, com enfoque para a limpeza, assistência social, educação, saúde, manutenção dos próprios Municípios. Comparou os índices aplicados pelo Governo Federal. Entadual, afirmou que o critério adotado pela Administração Municipal era justo e realista. Como último orador, fez uso da palavra em explicações pessoais, o vereador WALTER DE BESSA TEIXEIRA, afirmou que estava sendo distribuída pelos moradores do Município e em seguida apresentou um retrospecto da vida política do Município nos últimos sete anos, afirmando que o que ocorreu no momento era fruto da incompreensão de algumas pessoas de mal formadas. Relatou alguns incidentes de ordem administrativa e

que ocorreram também nos governos anteriores ao do Prefeito Alois Pereira Sobrinho de sua participação como vereador sempre solidário com o funcionalismo do Município, que, por esta razão se sentiu a vontade para defender os critérios adotados pelo Prefeito Alois Pereira quanto aos salários e demais necessidades pelos servidores e os critérios que considerou justos, conforme com a atual conjuntura não só da Prefeitura como a do Brasil de uma maneira geral. Explicou que, no governo anterior, o Prefeito fora obrigado a vender lotes de propriedade da Prefeitura para poder pagar um abono de morte e cinco mil cruzados aos funcionários no mês de natalina. Disse que esperava o direito de Anúciacão pois o mesmo estava consubstanciado na Constituição Federal e imbuído nos leis inalteradas do País, mas entendia que era necessária a concessão, que naquele tempo se dirigiu ao Sr. Manoel Municipal de Cabo Frio, e alguns funcionários que não eram telegrafistas, mas que eram técnicos, que acompanhavam a problemática do Município. Finalizando, disse que falava como ex dirigente sindical e afirmava que as conquistas eram conquistadas pelo luta, não pela vontade dos patrões e que por isso entendia os problemas dos servidores municipais, embora considerasse justo os critérios salariais do Prefeito Alois Pereira, e o requir, traçou um paralelo entre o que o funcionalismo já recebia, e o que seria concedido aos funcionários estaduais e federais. Solicitando a Mesa um pouco mais de tempo, abordou o tema "credibilidade" motivo do pronunciamento do líder do PSD no Conselho, e exibindo um prospecto no qual o Senador Dinley afirmava não ter votado na aprovação do LDI, disse que recentemente o Senador do PSD não poderia nunca ser o apologista da credibilidade, provava sua afirmativa através de documentos arquivados na Casa Legislativa Cabofriense com o nome de Senador Dinley Pereira da Silva, aprovando a transformação de Zona Industrial para Zona Jurídica, área de terras onde estava implantado o complexo industrial da Companhia Salsinas Peninas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou uma reunião extraordinária para dez minutos, encerrando a presente Sessão, para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, não assinada, para que produza os seus efeitos legais.